

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de S. Paulo Class.: 07

Data 30/09/76 Pg.: 26

Sudam admite malôgro da política de ocupação da AM

Projeto florestal preocupa técnicos

Do Correspondente em BELÉM

Os problemas ecológicos que poderão surgir com a derrubada da floresta heterogênea na área do Projeto Jari, (norte do Pará) para plantio de uma floresta constituída apenas por duas espécies de árvores exóticas ("Gmelina Arborea" e "Pinus"), foram o principal assunto discutido ontem em Belém, durante o Seminário Internacional sobre Estratégia de Desenvolvimento Regional do Trópico Americano. Após uma exposição do técnico Donald Hope, da Jari Florestal e Agropecuária, sobre as atividades do projeto, alguns participantes do seminário, principalmente da Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, quiseram saber detalhes sobre a possibilidade de ameaças ao ambiente.

O representante da Colômbia estranhou o fato de a floresta amazônica da área do Jari ser substituída por espécies não naturais da re-

gião, e que, na sua opinião, poderia implicar em futuros problemas ecológicos. O técnico Donald Hope disse que a "Gmelina Arborea" e o "Pinus", que estão sendo plantados numa área de 87 mil hectares, foram escolhidos porque tiveram melhor adaptação ao clima da região e também porque se desenvolvem muito rapidamente.

O médico Camillo Vianna, um dos representantes do Pará, mostrou-se também preocupado, porque a Jari está devastando uma área para implantação de vários projetos e esteja replantando apenas uma parte, "assim mesmo com espécies estranhas ao meio". Donald Hope disse então que, da área total de um milhão e 200 mil hectares da Jari, no norte do Pará, cerca de 40 por cento não serão tocados. "Quer dizer: vamos afetar apenas dois terços de um por cento da floresta amazônica, que é quanto representa a área da Jari em relação à região".

Pesquisa precisa de mais estímulo

Da Sucursal de BRASÍLIA

A falta de preparação de jovens e de reconhecimento objetivo por parte do governo da importância dos trabalhos práticos de botânicos e zoólogos são os dois elementos básicos de estrangulamento da investigação científica sobre a flora e a fauna no Brasil. Ao expressar essa opinião, o botânico e naturalista Ezequias Paula Heringer, da Universidade de Brasília, enfatiza que "a preservação do meio ambiente não depende unicamente da administração pública mas, também, do engajamento de toda a população".

Heringer, com dezenas de trabalhos publicados em diversos idiomas e um grande número de espécies novas descobertas, principalmente na região do cerrado, acredita que se houvesse uma maior educação do povo sobre conservacionismo, certamente o governo teria reduzido seus custos de manutenção nessa área. Indica, como exemplo, alguns países mais adiantados nesse setor — Japão, Es-

tados Unidos, Alemanha, Dinamarca — observando que, enquanto no Jardim Botânico do Rio de Janeiro quase se faz necessário um guarda para cada visitante com o propósito de evitar depredações, nesses países a própria população se encarrega de garantir e cuidar das espécies.

Para o professor, o ensino sistematizado "não significa essa preparação teórica e meramente introdutória que se pretende seja ministrada nas escolas de primeiro e segundo grau".

Ele só acredita no êxito de uma educação conservacionista forjada na relação direta do indivíduo com a natureza. Nesse sentido, o primeiro passo a ser dado, a seu ver, é motivar os pais para que levem seus filhos a passar um dia num parque ou num ambiente natural qualquer, com a maior frequência possível, deixando-os livres para contato e observação da natureza. A base desse processo de educação deveria ser a escola, através da promoção de excursões ao campo, acrescenta o botânico.

Da Sucursal do RIO

Só uma mudança radical de métodos e atitudes evitará a destruição completa da floresta amazônica, cujo processo de ocupação vem se fazendo de forma desorganizada e tumultuada. A política até aqui adotada, de deixar a ocupação ao livre arbítrio das empresas investidoras, muitas das quais estrangeiras, já provou a sua ineficácia e levará inevitavelmente, ao desaparecimento da floresta.

A denúncia foi feita ontem pela diretora-geral do Departamento de Recursos Naturais da Sudam, Clara Pandolfo, na conferência que fez sobre a política de recursos naturais para a Amazônia, durante simpósio realizado na Fundação Getúlio Vargas, no Rio, comemorativo do dia da Amazônia.

Depois de defender a imediata intervenção do governo federal para disciplinar e organizar o processo de ocupação, "pois há um verdadeiro tumulto para legalização e legitimação de propriedades", afirmou não acreditar "que a simples fiscalização, da qual participe até mesmo as Forças Armadas, como muitos defendem, possa evitar o desmatamento generalizado e a derrubada de árvores".

A diretoria de recursos naturais da Sudam considerou lamentável que estejamos vendendo nossas melhores áreas florestais para empresários estrangeiros e citou, como exemplo da cobiça indiscriminada despertada pela região, o fato de que apenas em um trimestre 40 grupos internacionais apresentaram-se à Sudam com proposta para explorar áreas da floresta amazônica.

Colocou como fundamental a implantação de um sistema de florestas de domínio público, sob controle governamental, e salientou a necessidade de o governo estabelecer um limite mínimo de terras que devem ficar em suas mãos, acrescentando que o mínimo adotado internacionalmente é de 20 por cento.

INTERESSE CRESCENTE

Segundo Clara Pandolfo, o grande interesse revelado pelos grupos internacionais na exploração da madeira, a intensa transferência de fábricas para a região, e a própria política governamental de incentivar as exportações (a madeira é um produto muito procurado) tornam necessário que as atividades de ocupação das terras e exploração florestal sejam disciplinadas urgentemente. Sem isto, o país perderá um patrimônio de grande valor, que está sendo explorado aleatoriamente de forma predatória.

Alguns pontos fundamentais, no seu entender, devem ser observados: institucionalização do zoneamento regional, racionalização da exploração madeireira, adoção de medidas conservacionistas e intensificação da pesquisa florestal.

OCUPAÇÃO PREDATÓRIA

Assinalou a seguir que diversos fatores, como a grande extensão da região (260 milhões de hectares) e a dispersão dos estabelecimentos ali espalhados dificultam e impedem uma política que se baseie simplesmente na fiscalização das empresas e no controle da matéria prima.

Defendeu como única medida eficaz a intervenção do governo, que entregaria as terras, mediante cessão por arrendamento, às indústrias privadas, "porque a política de deixar ao livre arbítrio dos investidores já provou a sua ineficácia, levando a virtual desaparecimento das matas brasileiras em outros centros e o mesmo acontecerá na Amazônia, se não houver uma mudança radical na política do governo".

Observou Clara Pandolfo que indústrias altamente sofisticadas retiram a madeira da forma mais predatória possível, devastando a floresta. Acrescentou que o que se pretende é integrar num só processo organizado todas as fases do projeto, desde a extração até a produção. Disse que é preciso também encontrar uma solução para o extrator, trabalhador nativo que vive marginalizado e ganha mal, mas que defenderá, até com violência, a sua atividade, porque a única coisa que sabe fazer é derrubar árvores.

ENTIDADE PRÓPRIA

A diretora do Departamento de Recursos Naturais da Sudam propôs a seguir a criação de uma entidade para administrar e conservar a floresta amazônica, que representa 78 por cento das florestas brasileiras, e que oriente o programa de extração de madeiras, já que esta atividade não pode ter o seu controle diluído em outros órgãos.

As funções desta entidade seriam, entre outras, encarregar-se da reposição com recursos oriundos dos empresários, e desenvolver a extração de forma mecanizada.

Segundo Clara Pandolfo, esta política precisa ser complementada com a instalação efetiva de órgãos que já foram criados no papel como os parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas. A política da Sudam, disse, não pode ser de permitir a substituição da floresta heterogênea por plantações homogêneas.